

O AÇÚCAR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Paulo Paranhos

Resumo: *Dados históricos e estatísticos sobre a produção do açúcar no município, no norte do Estado do Rio de Janeiro no século XIX.*

Abstract: *Historical and statistical data on the production of sugar in the north of the State of Rio de Janeiro in the XIXth century.*

A produção açucareira campista atingiu, no século XIX, o seu auge com a introdução de novas técnicas no fabrico do açúcar, além da entrada vultosa de capitais para o aprimoramento dos engenhos que se transformavam em engenhos centrais e em usinas.

O historiador fluminense João Oscar (1985) aponta que a partir de 1828 nada menos do que 700 pequenas fábricas produziram o equivalente a 11.998 caixas, ou quase 600.000 arrobas de açúcar, numa demonstração da importância da inversão de capitais em fábricas mais bem aparelhadas, assumindo as pequenas engenhocas de açúcar e usando força de trabalho escrava abundante para o seu serviço.

Conforme assegura o autor de *Escravidão & Engenhos*, é o momento do surgimento dos “barões do açúcar” em todo o norte fluminense, ensejando a dominação política, econômica e social por parte dessa elite açucareira, que começa a se instalar em suntuosas mansões: **graças às novas técnicas, já em 1836 a exportação do açúcar em Campos seria de 16.000 caixas, que renderiam 1.600:000\$000** (um mil e seiscentos contos de réis) (OSCAR, 1985, 106), uma cifra altamente significativa e que espelha a pujança da agroindústria açucareira, enriquecendo rapidamente os latifundiários da região.

O movimento crescia, expandia-se a produção açucareira movida agora pelo vapor, que já havia sido introduzido no Brasil a partir de 1813 nos engenhos da Bahia. Nas planícies do norte fluminense, em 1827, essa inovação se fez presente pois, segundo Alberto Lamego, **a indústria açucareira campista iria acelerar-se com o advento do grande senhor de engenho e da primeira fábrica a vapor – a de Barra Seca, em São João da Barra** (1974, 201)¹.

A respeito da passagem sobre o surgimento do primeiro engenho a vapor, anotamos um interessante destaque da obra de Jorge Renato Pereira Pinto: *O ciclo do açúcar em Campos* (1995), que cita as anotações feitas por um viajante sergipano — Antonio Muniz de Souza —, o qual esteve em São João da Barra por volta de 1827. Segundo ele, nessa data, a cidade abrigava cerca de 5.000 pessoas, havendo ali taverneiros, barqueiros e lavradores. Havia um estaleiro na vila e cerca de 100 barcas faziam o transporte do açúcar dos engenhos da região para o Rio de Janeiro, pelo rio Paraíba do Sul e pelo porto de Muriaé. O viajante sergipano indicou que em São João da Barra existia o único engenho a vapor de toda a região campista, na fazenda Barra Seca, de propriedade da família Carneiro.

A bem da verdade, o ciclo do açúcar na região experimentava um grande salto, o que foi atestado por diversos anúncios publicados no jornal *Monitor Campista*, apregoando utensílios para as fábricas diversas. Outro destacado cronista, Julio Feydit, informa-nos que

em 1837 todos os engenhos de açúcar, então existentes, tinham as moendas de pau, e as tachas ou caldeiras de bronze. Naquele ano, o inglês Alexandre Davidson começou a torrear o ferro e o bronze e fundou a mais importante fundição desses metais que o município de Campos tem possuído. Desde então as moendas de pau transformaram-se em moendas de ferro, as tachas de cobre em vasos de ferro fundido (1900,431).

O mesmo Alexandre Davidson introduziria o vapor como força motriz para os engenhos de açúcar e para os barcos que navegavam no rio Paraíba do Sul.

Os primeiros números do mesmo *Monitor Campista*, jornal fundado em 1838, demonstravam os avanços ocorridos no mundo do açúcar fluminense. E, pelo que apuramos através da leitura dos mesmos, eram centenas de anúncios, vendendo todo o material necessário ao desenvolvimento dos engenhos e apregoando tecnologia para maior aproveitamento dos senhores de engenho.

Com o advento dessa nova tecnologia, não restou outra alternativa aos grandes latifundiários senão aderirem à mesma para o avanço de seus negócios. Assim é que os grandes senhores de engenhos de Campos, de São Fidélis, de Macaé e de São João da Barra procurariam aplicar recursos em seus estabelecimentos, com a finalidade de ampliá-los e aperfeiçoá-los, tendo alguns deles recebido, em contrapartida, títulos nobiliárquicos concedidos pelo governo imperial, considerando-se o serviço que prestavam à economia nacional. É o caso, por exemplo, de Miguel Ribeiro da Mota, o Visconde de São Sebastião, cuja história retratamos no volume 8 da Revista da ASBRAP.

A partir de 1850, com a ascensão definitiva da máquina a vapor no processo de fabricação do açúcar em Campos, transformações de natureza diversa intensificariam-se, assim como grande concentração de capital, fazendo desapare-

cer a engenhoca; senhores de engenho com grande poder sobre terras e escravos, o que lhes acarretava maior prestígio e poder; pequenos proprietários que, não competindo com os grandes latifundiários, desfaziam-se de suas engenhocas e submetiam-se à condição de fornecedores de matéria-prima para os engenhos.

Não restam dúvidas de que todo esse quadro fazia com que a estabilização de preços, pelo mais baixo, ocorresse, mesmo porque a engenhoca não possuía estrutura suficiente para concorrer com os engenhos que se modificavam pela presença do vapor como força motriz.

Assim, ao mesmo tempo, cada engenho seria um centro de produção e de consumo, influenciando decisivamente na vida da sociedade campista, passando o proprietário a dominar não só econômica, mas social e politicamente toda a região, forçando o aparecimento da infra-estrutura necessária à maior circulação do produto para o Rio de Janeiro com a introdução da navegação a vapor pelo rio Paraíba do Sul, o que ensejaria à vizinha cidade de São João da Barra a primazia na construção naval, fator responsável pelo seu desenvolvimento econômico durante anos.

A partir da década de 1850 respira-se em Campos um ar de desenvolvimento sustentado pela agroindústria do açúcar, passando pela produção da aguardente e do café, o que pode ser atestado pelos números abaixo assinalados que reproduzem a média de exportação de Campos para o Rio de Janeiro, de 1852 a 1881, por decênios, segundo o Almanak de João Alvarenga para o ano de 1885:

**Exportação de açúcar, aguardente e café de Campos
decênios de 1850 a 1880**

DECÊNIOS	AÇÚCAR			AGUARDENTE			CAFÉ		
	Kg	\$ médio	Valor total	Pipas	\$ médio	Valor total	Kg	\$ médio	Valor total
1852/61	8.797.988	160	1.415:634\$020	6.998	61\$900	432:393\$900	552.000	331	178:712\$000
1862/71	13.683.934	204	2.845:553\$253	7.099	83\$100	564:516\$000	974.000	407	397:080\$000
1872/81	16.756.632	184	3.071:304\$246	7.966	82\$000	651:661\$000	1.801.800	448	807:206\$400

A importância de todos os gêneros exportados é a seguinte:

de 1852 a 1861 – 2.035:739\$920

de 1862 a 1871 – 3.807:149\$258

de 1872 a 1881 - 4.530:172\$463

Orçando-se que produzisse anualmente, na média, 500:000\$000, a exportação da goiabada, madeiras, etc. do município, pode-se calcular o valor da exportação, em cada ano, pela forma seguinte:

de 1852 a 1861 – 2.535:739\$920

de 1862 a 1871 - 4.307:149\$258

de 1872 a 1881 - 5.030:172\$346

Pelos dados compulsados, verificamos que a mais alta produção de açúcar no século XIX deu-se em 1872, quando se exportaram 23.166.840 kg, equivalentes a 1.544.456 arrobas. Se compararmos com a produção da década de 1830, quando os engenhos começaram efetivamente a exportar em grande quantidade, podemos notar que houve em pouco menos de 40 anos um incremento na produção na base de 134%, o que daria uma média em torno de 3,62% ao ano, considerando-se que na década de 1830 a exportação máxima fora de 660.000 arrobas, mais precisamente no ano de 1835.

Assim é que, na década de 1870, os engenhos de açúcar, através da fusão de recursos públicos e privados concretizaram as expectativas para transformação nos primeiros engenhos centrais, com a efetiva divisão do trabalho na economia canavieira, através de tecnologia disponível e mercados em expansão. Surgiram, como marcos decisivos na história da agricultura brasileira, os engenhos centrais de Quissamã, Bom Jardim, Barcelos e outros, conforme podemos observar do estudo adiante, extraído da obra do pesquisador Eul-Soo Pang (1979).

- Engenho de Quissamã, de propriedade do Visconde de Araruama, inaugurado em 12 de setembro de 1877. Localizado em Macaé, RJ e tendo como concessionária a Cia. Engenho Central de Quissamã, com um capital garantido de 1.000:000\$000;
- Engenho de Morretes, de propriedade do Comendador Antonio Ricardo dos Santos, inaugurado em 2 de junho de 1878. Localizado em Morretes, PR e tendo como concessionário o Tenente Coronel José Celestino de Oliveira Santos, com um capital garantido de 100:000\$000;
- Porto Feliz, de propriedade do Tenente Coronel Luiz Antonio de Carvalho, inaugurado em 28 de outubro de 1878. Localizado em Porto Feliz, SP, tendo como concessionária a Cia. Açucareira Porto Feliz, com capital garantido de 300:000\$000;
- Barcelos, de propriedade de Domingos Alves Barcelos, inaugurado em 23 de novembro de 1878. Localizado em São João da Barra, RJ, tendo como concessionária a Cia. Agrícola de Campos e com capital garantido de 600:000\$000;

- Bom Jardim, de propriedade do Visconde de Sergimirim, inaugurado em 21 de janeiro de 1880. Localizado em Santo Amaro, BA, tendo como concessionários o Visconde de Sergimirim, o Barão de Aramaré, o Barão de Oliveira e Manuel Pinto de Novais, com capital garantido de 700:000\$000.

Especificamente na região Norte Fluminense foram montados os seguintes Engenhos Centrais:

- Engenho Central de Quissamã, em 12 de setembro de 1877, em Macaé, tendo sido o primeiro da América do Sul;
- Engenho Central de Barcelos, em 23 de novembro de 1878, em São João da Barra;
- Engenho Central de Pureza, em setembro de 1885, em São Fidélis;

Por ser de significativa importância para o nosso estudo, anotamos a tabela do açúcar produzido em Campos e exportado pelo porto de São João da Barra, na década de 1870, um dos mais expressivos períodos de produção açucareira da região, com base em artigo publicado no *Monitor Campista* de 14 de junho de 1875:

Exportação do açúcar de Campos – primeira metade da década de 1870

ANO	EXPORTAÇÃO EM KG	VALOR
1870	18.540.900	11.138:546\$000
1871	19.780.755	14.197:547\$820
1872	15.605.235	12.414:710\$050
1873	14.949.480	12.350:921\$600
1874	13.016.460	11.418:484\$200
TOTAL	81.892.830	61.520:209\$680

O investimento maciço de capitais nos engenhos e a aquisição de novos equipamentos para ampliar a capacidade da indústria do açúcar geraram, ainda segundo João Oscar, **duas vertentes, dois caminhos ainda hoje pouco compreensíveis: o dos engenhos centrais e o das usinas de açúcar** (1985, 182).

Para a criação dos engenhos centrais, valeram-se os produtores dos dispositivos do Decreto Legislativo n° 2687, de 6 de novembro de 1875, que garantia

subsídios financeiros para a execução da empreitada. Contudo, a carência de recursos governamentais e a dependência do capital inglês fizeram com que o incremento de capitais externos fosse mais e mais uma constante para o funcionamento dos engenhos centrais.

Segundo Jorge Renato Pereira Pinto, o decreto regulamentador da criação dos mecanismos de organização das empresas para a formação de engenhos centrais **permitiu a formação de um Banco de Crédito Real** (1995,121), para o suporte financeiro às ações do novo empreendimento, com o Tesouro Nacional repassando ao Banco um crédito de 30.000:000\$000; em troca o Banco

entregaria ao Tesouro títulos da dívida pública, adquiridos de clientes interessados em ganhar juros. As importâncias que fossem deferidas para companhias que se organizassem pagariam juros de 7% ao ano e o prazo do empréstimo poderia chegar a ser de trinta anos. Em troca as companhias dariam ao Banco de Crédito títulos hipotecários emitidos pela diretoria e sócios com garantia subsidiária das terras dos mesmos (idem).

Independentemente desses aspectos e mesmo considerando-se que o governo imperial subsidiaria a criação de engenhos centrais, algumas exigências oficiais eram preconizadas para aquela concessão:

a associação de vários empresários e capitalistas em torno de uma mesma unidade central produtiva; a dissociação em campos estanques das atividades agrícola e industrial, com o aproveitamento obrigatório das canas-de-açúcar produzidas pelos proprietários rurais agregados como fornecedores à empresa; a obrigatoriedade da amortização do capital subvencionado; a proibição de ser utilizado trabalho escravo nas atividades fabris; o direito de serem os estabelecimentos diretamente fiscalizados pelas autoridades governamentais (OSCAR, 1985, 182).

Um dos itens demonstra claramente a intenção de se dotar a nova estrutura agroindustrial de um aparelhamento funcional dissociado da força de trabalho escrava. Isso incrementa algumas levas de imigrantes para o norte fluminense, fazendo com que a população cativa gradativamente perca sua característica e seja absorvida em atividades pouco ou nada produtivas, gerando questões sociais das mais delicadas e que se arrastam pelo Brasil afora até hoje como a falta de oportunidade de emprego e habitação decente.

Relativamente à segunda vertente falada por João Oscar — as usinas de açúcar — as mesmas não dependiam dos investimentos governamentais. Produtores que enriqueceram com seus engenhos, com disponibilidade de capitais e com crédito no exterior, promoveram a transformação de seus engenhos em usinas às suas próprias expensas.

Para maior reforço do tema, definimos a diferença entre engenhos centrais e usinas: os primeiros consistiam em modernas fábricas de moagem de cana, de propriedade particular, mas de caráter semi-oficial, mesmo porque eram obrigados a moer cana de terceiros; já a usina, ainda que apresentasse características semelhantes com relação à estrutura de funcionamento, era totalmente particular, possuindo lavouras próprias e moendo cana de terceiros, se assim lhe aprouvesse.

A primeira usina instalada no Brasil foi a Usina do Limão, em Campos. As que se seguiram imediatamente vão anotadas no quadro abaixo:

Usinas de açúcar do norte fluminense na segunda metade do século XIX

USINA	CAPITAL	FUNDAÇÃO	PROPRIETÁRIO
Limão	3.600:000\$000	1879	João José Nunes de Carvalho
Queimado	3.100:000\$000	1880	Julião Ribeiro de Castro
São José	3.800:000\$000	1883	Francisco Ribeiro de Vasconcellos
São João	4.100:000\$000	1884	Francisco Antonio Pereira Lima
Outeiro	2.500:000\$000	1884	Dr. Rodrigues Peixoto
Sapucaia	2.000:000\$000	1884	Visconde de Santa Rita

Nota

1 - Na realidade, à época desse fato, São João da Barra ainda era uma vila vinculada administrativamente a Campos dos Goytacazes.

Referências Bibliográficas

- ALVARENGA, João de. *Almanak mercantil, industrial, administrativo e agrícola da cidade e município de Campos*. Campos: Monitor Campista, 1884.
- FEYDIT, Julio. *Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes desde os tempos coloniaes até a proclamação da república*. Campos: J. Alvarenga & Cia., 1900.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.

OSCAR, João. *Escravidão & engenhos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

PANG, Eul-Soo. *O engenho central do Bom Jardim na economia baiana; alguns aspectos de sua história (1875-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1979.

PARANHOS, Paulo. *São João da Barra: apogeu e crise do porto do açúcar do norte fluminense*. Teresópolis: Revista da Cidade, 2000.

PINTO, Jorge Renato Pereira. *O ciclo do açúcar em Campos*. Campos: Ed. do Autor, 1995.